

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL - SEDES/DF

Gabaritei

BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso **material completo com plano estratégico de 30 dias** para o **Concurso SEDES DF!**

Antes de continuar, é importante alinhar uma coisa: o problema não é falta de estudo. É falta de **organização**.

Muitos candidatos já têm acesso a bons conteúdos, mas não conseguem transformar isso em resultado. Acumulam PDFs, assistem aulas, salvam materiais... mas não sabem exatamente por onde começar, o que priorizar ou como avançar.

O estudo fica fragmentado. Sem sequência. Sem clareza. E, com o tempo, isso gera a sensação de estar sempre estudando — mas nunca evoluindo de verdade.

Quando a preparação não tem direção, até o conteúdo mais completo perde valor. É justamente nesse ponto que este material foi construído para atuar. Aqui, você não recebe apenas conteúdo. Você recebe um **caminho**.

Um **material completo**, que cobre todo o edital, aliado a um **plano estratégico de 30 dias** que organiza o seu estudo de forma progressiva, lógica e executável.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

A proposta é simples: eliminar a desorganização, concentrar o seu esforço no que realmente importa e permitir que você avance com **consistência**, sem depender de múltiplos materiais ou decisões a todo momento.

Ao longo das páginas, você encontrará uma abordagem direta e didática, com conteúdo esquematizado, exemplos práticos, tabelas organizadas e destaques nos pontos essenciais, além da inserção pontual de questões e jurisprudência quando contribuem para a compreensão.

O foco não é apenas estudar mais, mas estudar melhor – com **clareza, organização e propósito**.

A ideia não é apenas te entregar conteúdo, mas estruturar a sua preparação. Mostrar exatamente o que estudar, quando estudar e como avançar ao longo dos próximos **30 dias**.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que vai organizar de vez a sua preparação.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora de assumir o controle do seu estudo. Vamos nessa?!

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão
Identificação de informações expressas no texto
Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo

Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta corretamente.

1.1 GÊNEROS TEXTUAIS

Os **gêneros textuais** são formas relativamente estáveis de comunicação, utilizadas em situações reais do cotidiano. Cada gênero possui **finalidade comunicativa, estrutura e linguagem** próprias.

Em concursos, é comum a cobrança de textos de gêneros variados, tais como:

- Texto jornalístico (reportagem, notícia, artigo de opinião);

[Clique aqui e seja aprovado](#)

- Texto literário (conto, crônica, poema);
- Texto publicitário;
- Texto instrucional ou normativo;
- Texto científico ou informativo;
- Charges, tirinhas e cartuns.

Atenção: a banca não costuma perguntar apenas qual é o gênero, mas explora **como o gênero influencia a construção do sentido**.

1.2 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;
- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.3 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.

Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

1.4 ARMADILHAS FREQUENTES EM QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO

As armadilhas de interpretação são estratégias recorrentes das bancas examinadoras para diferenciar o candidato que apenas lê do candidato que interpreta com método.

Em regra, as alternativas incorretas não são absurdas: elas parecem corretas à primeira vista, mas apresentam desvios sutis em relação ao texto.

A seguir, analisamos as armadilhas mais cobradas em concursos públicos.

1.4.1 EXTRAPOLAÇÃO DO TEXTO

Ocorre quando a alternativa **vai além do que o texto permite concluir**. A ideia até pode ser lógica ou aceitável no mundo real, mas **não está autorizada pelo texto**.

Tudo o que não estiver no texto — explícita ou implicitamente — deve ser descartado.

Exemplo típico de erro:

- Texto afirma que determinado fenômeno ocorre em alguns casos.
- Alternativa diz que ocorre sempre.

Atenção: cuidado com algumas palavras como: sempre, nunca, todo, nenhum, necessariamente.

1.4.2 CONTRADIÇÃO DO TEXTO

Aqui, a alternativa apresenta sentido **oposto** ao que o texto defende, muitas vezes por meio de:

- Negação indevida;
- Troca de polos argumentativos;
- Leitura apressada de conectivos adversativos.

Dica: se o texto defende uma tese A, qualquer alternativa que sustente não-A está errada.

1.4.3 GENERALIZAÇÃO INDEVIDA

A banca amplia indevidamente uma afirmação que, no texto, é **restrita, contextual ou condicionada**.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

Exemplo:

- Texto: "Em determinados contextos, a tecnologia pode gerar impactos negativos."
- Alternativa: "A tecnologia gera impactos negativos."

Atenção especial a expressões como: em alguns casos, em certas situações, muitas vezes.

1.4.4 TROCA DE CAUSA E CONSEQUÊNCIA

Uma das armadilhas mais clássicas. A banca inverte a relação lógica estabelecida no texto.

Exemplo:

- Texto: "A falta de investimento resultou na precarização do serviço."
- Alternativa: "A precarização do serviço causou a falta de investimento."

Dica: pergunte-se sempre o que veio antes e o que decorre disso.

1.4.5 CONFUSÃO ENTRE OPINIÃO DO AUTOR E FATO APRESENTADO

Nem tudo que aparece no texto é, necessariamente, opinião do autor. Muitas vezes ele:

- Cita dados;
- Reproduz falas de terceiros;
- Apresenta argumentos para depois refutá-los.

Dica: Um erro comum é atribuir ao autor uma ideia que ele apenas mencionou para criticar.

Questão

(Cebraspe – 2025) Em um mundo que corre contra o relógio para descarbonizar a economia e conter o avanço das mudanças climáticas, medir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das atividades diretas dos negócios está longe de ser suficiente. Na maioria dos setores, é na cadeia de valor que acontece a maior parte das emissões, ou seja, fora do “muro” das fábricas, dos escritórios e de outros negócios. Isso inclui as operações dos fornecedores, até mesmo os pequenos, e o modo como os clientes usam um produto ou serviço.

Fazer o diagnóstico da pegada de carbono de toda a cadeia e agir para reduzi-la está na ordem do dia. Não só porque é a coisa certa a se fazer, mas porque o mundo caminha para exigir das empresas que se responsabilizem pelo que acontece em sua cadeia de valor.

O Acordo de Paris e outras iniciativas internacionais reforçaram o compromisso de países e empresas de reduzirem suas emissões para limitar o aquecimento global a uma temperatura de 1,5 °C a 2 °C acima dos níveis pré-industriais até 2100. Além disso, muitos países estão introduzindo regulamentações e padrões de sustentabilidade que exigem uma abordagem mais abrangente para medir emissões de carbono.

A União Europeia (UE), por exemplo, estabeleceu uma série de metas e compromissos de redução de emissões para seus Estados-membros. Um dos objetivos é a redução das suas emissões de GEE em pelo menos 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Além disso, o impacto ambiental das marcas é cada vez mais considerado pelos consumidores ao redor do mundo. A pesquisa Future Consumer Index, da consultoria Ernest&Young, realizada com 21.000 entrevistados de 27 países, evidencia essa percepção. Entre os brasileiros, por exemplo, 73% se declararam profundamente preocupados com a fragilidade do planeta. A falta de informação, transparência e padronização, no entanto, também continua sendo um desafio mencionado pelos consumidores, que ainda não enxergam o impacto das escolhas que fazem para o meio ambiente quando compram um produto.

Dessa forma, a pegada de carbono de um produto torna-se um fator relevante de atenção da indústria. Além da preocupação ambiental e regulatória, esse tema se tornou uma questão de mercado. Entender como as emissões de GEE ganharam destaque na mesa de discussões de presidentes e diretores-executivos é importante para compreender como o tema foi ganhando força nas últimas décadas.

Internet:<www.basf.com/br/pt> (com adaptações).

De acordo com as ideias veiculadas no texto, julgue o item que se segue.

Consoante as informações do texto, a UE visa alcançar, em 2030, um nível de emissões de GEE correspondente a 40% do total de emissões de GEE verificado no ano de 1990.

Gabarito: Errado

Comentário: O texto afirma que a União Europeia estabeleceu como objetivo reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Isso significa dizer que a meta da UE é diminuir as emissões tomando como base o total registrado em 1990, e não atingir, em 2030, um nível de emissões equivalente a exatamente 40% daquele total.

A afirmação do item distorce essa informação ao sugerir que, em 2030, as emissões corresponderiam a 40% do total de 1990, quando, na verdade, o texto fala em redução mínima de 40%, o que implicaria manter até 60% (ou menos) das emissões daquele ano-base.

1.7 TIPOS DE TEXTOS QUANTO AO USO SOCIAL: COTIDIANO, OFICIAIS E INFORMATIVOS

Ao lado dos gêneros textuais, que representam formas relativamente estáveis de comunicação, é possível classificar os textos também a partir do seu **uso social**, isto é, do contexto em que circulam e da finalidade que desempenham nas relações humanas. Essa abordagem é especialmente relevante porque

[Clique aqui e seja aprovado](#)

evidencia não apenas a estrutura do texto, mas também sua função comunicativa concreta.

De modo geral, três grandes grupos merecem destaque: **textos do cotidiano, textos oficiais e textos informativos**. Cada um deles apresenta características próprias de linguagem, organização e intenção comunicativa.

1.7.1 TEXTOS DO COTIDIANO

Os textos do cotidiano são aqueles produzidos em situações informais ou semiformais da vida diária. Estão presentes nas interações sociais mais comuns e têm como principal objetivo a comunicação rápida, prática e eficiente entre interlocutores.

Nesse tipo de texto, a linguagem tende a ser mais **simples, direta e, muitas vezes, informal**, podendo apresentar marcas de oralidade, abreviações e até desvios da norma-padrão, dependendo do contexto e do grau de intimidade entre os interlocutores.

São exemplos típicos:

- mensagens instantâneas;
- e-mails pessoais;
- bilhetes;
- avisos;
- postagens em redes sociais.

Apesar da aparente simplicidade, esses textos não são desprovidos de estrutura. Em geral, apresentam:

- um **destinatário definido**;
- uma **intenção comunicativa clara** (informar, solicitar, avisar, convidar);
- uma **linguagem adequada à situação**.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

Um ponto importante é que a informalidade não significa ausência de organização. Mesmo em mensagens breves, é possível identificar elementos como contexto, propósito e coerência.

Dica: a adequação da linguagem é fundamental. Um mesmo conteúdo pode ser expresso de formas diferentes conforme o interlocutor. Uma mensagem dirigida a um amigo difere significativamente daquela destinada a um superior hierárquico, ainda que ambas pertençam ao cotidiano.

1.7.2 TEXTOS OFICIAIS

Os textos oficiais são aqueles utilizados na comunicação institucional, especialmente no âmbito da Administração Pública e de organizações formais. Sua principal característica é a **formalidade**, que se manifesta tanto na linguagem quanto na estrutura.

A finalidade desses textos é garantir uma comunicação clara, objetiva, padronizada e impessoal, evitando ambiguidades e interpretações subjetivas. Por isso, seguem princípios fundamentais, tais como:

- **clareza;**
- **objetividade;**
- **impessoalidade;**
- **padronização;**
- **formalidade linguística.**

Entre os exemplos mais recorrentes, destacam-se:

- ofícios;
- memorandos;
- comunicados;
- editais;
- requerimentos;
- despachos administrativos.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

A linguagem empregada nesses textos obedece rigorosamente à **norma-padrão da língua**, evitando:

- gírias;
- marcas de oralidade;
- subjetividade excessiva;
- ambiguidades.

Além disso, a estrutura costuma ser relativamente fixa, com elementos como:

- identificação do órgão ou instituição;
- indicação do destinatário;
- exposição do conteúdo de forma lógica e ordenada;
- fecho adequado.

Um aspecto central dos textos oficiais é a **impessoalidade**. O foco não está no emissor individual, mas na instituição que ele representa. Por essa razão, evita-se o uso de expressões subjetivas ou opiniões pessoais, privilegiando-se construções mais neutras.

Dica: nos textos oficiais, a forma é tão relevante quanto o conteúdo. A maneira como a informação é organizada contribui diretamente para a sua compreensão e legitimidade.

1.7.3 TEXTOS INFORMATIVOS

Os textos informativos têm como principal finalidade **transmitir informações de maneira clara, objetiva e precisa**, sem, em regra, buscar persuadir ou emocionar o leitor. Seu foco está na exposição de fatos, dados e conhecimentos.

Esse tipo de texto é bastante amplo e pode aparecer em diferentes contextos, como:

- notícias e reportagens;
- textos científicos;
- textos didáticos;

[Clique aqui e seja aprovado](#)

- artigos de divulgação científica;
- manuais e materiais explicativos.

A linguagem dos textos informativos tende a ser:

- **objetiva**;
- **denotativa** (sem uso predominante de sentido figurado);
- **clara e acessível**, embora possa variar em grau de tecnicidade conforme o público-alvo.

A estrutura geralmente segue uma organização lógica, com:

- apresentação do tema;
- desenvolvimento das informações;
- conclusão ou fechamento.

No caso de textos jornalísticos, por exemplo, é comum a presença de elementos como:

- título;
- subtítulo;
- lead (síntese inicial com as informações principais);
- desenvolvimento.

Já em textos científicos ou didáticos, pode haver:

- definição de conceitos;
- explicações detalhadas;
- exemplos;
- dados e evidências.

Um traço marcante dos textos informativos é a **busca pela objetividade**, o que implica evitar opiniões explícitas do autor (a menos que o gênero

[Clique aqui e seja aprovado](#)

permita, como em certos textos híbridos). Ainda assim, é importante reconhecer que nenhuma produção textual é completamente neutra, pois escolhas lexicais e estruturais podem revelar posicionamentos implícitos.

ESQUEMATIZANDO

Aspecto	Cotidiano	Oficial	Informativo
Finalidade	Comunicação prática	Comunicação institucional	Transmissão de informações
Linguagem	Informal ou semiformal	Formal e padronizada	Objetiva e clara
Estrutura	Flexível	Padronizada	Organizada logicamente
Presença de subjetividade	Pode ocorrer	Evitada	Geralmente reduzida
Exemplos	mensagens, bilhetes	ofício, edital	notícia, texto científico

A distinção entre textos do cotidiano, oficiais e informativos não se baseia apenas na forma, mas principalmente na **função comunicativa e no contexto de circulação**.

Enquanto os textos do cotidiano priorizam a agilidade e a interação direta entre interlocutores, os textos oficiais valorizam a formalidade e a padronização institucional. Já os textos informativos concentram-se na transmissão organizada e objetiva do conteúdo.

Compreender essas diferenças permite reconhecer com maior precisão:

- a intenção do texto;
- o tipo de linguagem empregado;
- a estrutura adotada;

[Clique aqui e seja aprovado](#)

- e o papel do interlocutor no processo comunicativo.

Essa percepção é essencial para uma leitura mais crítica, atenta e eficiente.

PLANO DISTRITAL DE POLÍTICA PARA MULHERES (PDPM)



2.1 CONCEITO E FINALIDADE DO PDPM

O Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (PDPM) constitui um importante **instrumento de planejamento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres no âmbito do Distrito Federal.**

Instituído pelo Decreto Distrital nº 42.590/2021, o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (2020–2023) foi elaborado com participação do poder público e da sociedade civil organizada, buscando estruturar ações integradas para redução das desigualdades de gênero.

O plano parte do reconhecimento de que as mulheres ainda enfrentam obstáculos históricos relacionados:

- à desigualdade econômica;
- à violência de gênero;
- à exclusão política;
- à discriminação racial e social;
- à desigualdade no mercado de trabalho;
- à sobrecarga do trabalho doméstico.

Diante dessa realidade, o PDPM estabelece metas, diretrizes e ações voltadas à **promoção da igualdade** e ao **fortalecimento da cidadania feminina**.

O documento possui **caráter transversal**, o que significa que suas políticas não se restringem a uma única área administrativa. Ao contrário, envolvem diversos setores governamentais, como saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, trabalho e direitos humanos.

O objetivo central do plano é construir políticas públicas capazes de assegurar às mulheres:

- autonomia;
- proteção;
- igualdade de oportunidades;
- acesso a direitos;
- participação social e política.

2.2 IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA

O primeiro eixo do PDPM trata da **desigualdade existente no mercado de trabalho** e da necessidade de **fortalecimento da autonomia econômica feminina**.

O plano reconhece que, embora muitas mulheres apresentem elevados níveis de escolaridade, ainda persistem diferenças salariais, dificuldades de ascensão profissional e situações de discriminação de gênero.

Além disso, grande parte das mulheres enfrenta a chamada dupla jornada, acumulando atividades profissionais e responsabilidades domésticas.

Nesse contexto, o PDPM busca ampliar o acesso das mulheres ao emprego formal, à qualificação profissional e às oportunidades de geração de renda.

Entre as medidas previstas destacam-se:

- incentivo ao empreendedorismo feminino;
- ampliação de cursos profissionalizantes;
- fortalecimento da autonomia financeira;
- promoção da igualdade de oportunidades;

[Clique aqui e seja aprovado](#)

- ampliação de parcerias para capacitação.

O plano prevê ações desenvolvidas por meio da **Rede Sou Mais Mulher**, com foco na promoção da igualdade de gênero e na oferta de cursos destinados às mulheres.

Mais do que ampliar empregos, o plano procura reduzir estruturas históricas de desigualdade econômica entre homens e mulheres.

2.3 EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE

O PDPM reconhece que a educação possui papel fundamental na **transformação social** e no **enfrentamento das desigualdades de gênero**.

O eixo educacional busca promover uma cultura de respeito à diversidade e aos direitos humanos, combatendo preconceitos relacionados:

- ao gênero;
- à raça;
- à orientação sexual;
- à identidade de gênero;
- à religião;
- à condição social.

O plano prevê formação de gestores, profissionais da educação e estudantes para construção de práticas educacionais voltadas à igualdade.

Além da preocupação com a conscientização social, o PDPM também estabelece medidas voltadas à ampliação do acesso feminino à educação em diferentes níveis de ensino.

Entre as metas previstas está a ampliação do número de vagas para mulheres na educação básica, profissionalizante e superior, inclusive com ações voltadas às mulheres com filhos.

O plano entende que a educação constitui instrumento essencial de **emancipação feminina** e redução das desigualdades sociais.

2.4 SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES

O eixo relacionado à saúde busca assegurar **atendimento integral** às mulheres, considerando não apenas aspectos biológicos, mas também fatores psicológicos, sociais e culturais.

O PDPM adota a perspectiva de **saúde integral feminina**, envolvendo temas como:

- saúde preventiva;
- planejamento familiar;
- maternidade;
- direitos sexuais;
- direitos reprodutivos;
- saúde mental;
- atendimento humanizado.

O plano procura ampliar o acesso das mulheres aos serviços públicos de saúde e fortalecer políticas voltadas à promoção da qualidade de vida feminina.

Também há preocupação com situações específicas de **vulnerabilidade**, especialmente relacionadas:

- à violência obstétrica;
- à mortalidade materna;
- ao acesso desigual aos serviços de saúde;
- às mulheres em situação de violência.

A proposta do plano é garantir que a política pública de saúde considere as especificidades e necessidades das mulheres em diferentes contextos sociais.

2.5 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O combate à violência contra a mulher constitui um dos eixos mais importantes do PDPM.

O plano reconhece que a **violência de gênero** representa problema estrutural da sociedade brasileira e exige atuação articulada entre diversos órgãos públicos.

Nesse sentido, o PDPM busca fortalecer a rede de proteção às mulheres, envolvendo:

- segurança pública;
- assistência social;
- saúde;
- sistema de justiça;
- órgãos de proteção e acolhimento.

O plano aborda diferentes formas de violência:

Tipo de violência	Exemplos
Física	Agressões corporais
Psicológica	Humilhações, ameaças e manipulações
Sexual	Violação da liberdade sexual
Moral	Ofensas e difamação
Patrimonial	Controle ou destruição de bens
Institucional	Violência praticada por instituições

Além da proteção às vítimas, o PDPM também enfatiza **ações preventivas e educativas**.

O plano prevê fortalecimento da implementação da Lei Maria da Penha e inclusão de conteúdos relacionados ao enfrentamento da violência nos currículos de formação de profissionais das áreas de segurança, saúde e educação.

2.6 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

O PDPM reconhece que as mulheres ainda possuem **baixa representatividade em espaços políticos, administrativos e institucionais**.

Por isso, o plano busca ampliar a participação feminina nos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

O eixo prevê incentivo à presença de mulheres em:

- conselhos;
- fóruns;
- comitês;
- cargos de chefia;
- funções de liderança;
- espaços políticos.

Entre as metas estabelecidas estão o aumento do número de mulheres em cargos de decisão no Governo do Distrito Federal e a ampliação da participação feminina em instâncias de controle social e participação política.

O plano também prevê programas de formação de lideranças femininas em escolas e comunidades.

A proposta é fortalecer o protagonismo feminino e reduzir barreiras históricas à participação das mulheres nos espaços de poder.

2.7 MULHERES RURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O PDPM dedica atenção específica às mulheres rurais, reconhecendo seu papel na **agricultura familiar**, na **sustentabilidade ambiental** e na **economia das comunidades do campo**.

O plano destaca que muitas mulheres rurais exercem funções essenciais relacionadas:

- à produção agrícola;
- à preservação ambiental;
- ao cuidado familiar;
- à manutenção econômica das famílias rurais.

O eixo busca garantir acesso das mulheres rurais:

- à terra;
- à assistência técnica;
- aos serviços públicos;
- às políticas de desenvolvimento rural;
- à capacitação;
- às oportunidades de geração de renda.

O documento também enfatiza a importância do desenvolvimento rural sustentável e da valorização das mulheres do campo e do Cerrado.

Há previsão de fortalecimento do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado como instrumento de participação e representação social.

2.8 ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA

[Clique aqui e seja aprovado](#)

O PDPM reconhece que muitas mulheres sofrem discriminações múltiplas relacionadas:

- à raça;
- à orientação sexual;
- à identidade de gênero;
- à condição econômica;
- à exclusão social.

O plano adota **perspectiva interseccional**, compreendendo que as desigualdades atingem as mulheres de formas diferentes.

Nesse eixo, o documento prevê políticas voltadas ao enfrentamento:

- do racismo;
- do sexismo;
- da lesbofobia;
- da transfobia;
- da misoginia;
- da discriminação institucional.

O objetivo é garantir **equidade** e ampliar o acesso das mulheres aos direitos e às políticas públicas.

Entre as ações previstas destacam-se:

- campanhas educativas;
- capacitação em direitos humanos;
- ações afirmativas;
- promoção da igualdade racial;
- incentivo ao microcrédito;
- fortalecimento da diversidade.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

O plano também prevê implementação da chamada Rota da Diversidade do Distrito Federal.

2.9 MONITORAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O acompanhamento do PDPM ocorre por meio do **Comitê de Articulação e Monitoramento** do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres.

Esse órgão possui funções relacionadas:

- ao monitoramento das metas;
- à articulação entre órgãos públicos;
- à avaliação periódica das ações;
- ao acompanhamento da execução do plano.

O PDPM também valoriza fortemente a **participação social**. A presença da sociedade civil, dos movimentos femininos e dos conselhos de direitos é considerada essencial para garantir legitimidade, fiscalização e efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres.